

Tribuna BANCÁRIA

Sindicato dos Bancários do Ceará | Edição nº 1558 | 11 a 16 de fevereiro de 2019



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

ADOECIMENTO NA CATEGORIA BANCÁRIA AUMENTA 30% EM APENAS OITO ANOS



O número de benefícios
acidentário ou previdenciá-
rio passou de 13.297
em 2009 para 17.310 em
2017 **(pág. 3)**



O presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo, fala sobre os desafios da classe trabalhadora para defender o direito de se aposentar.

Leia na página 2

Artigo

NOVA PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA PODE DECRETAR O FIM DA APOSENTADORIA!

Com o início do ano legislativo, os trabalhadores têm pela frente uma grande luta: a defesa da aposentadoria. De acordo com minuta da proposta vazada pela imprensa, a proposta do governo Bolsonaro é ainda pior que a do golpista Temer, pois além de regras duríssimas, ainda propõe a implantação de um regime de capitalização.

Pela minuta, homens e mulheres terão idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, não existirá mais aposentadoria por tempo de contribuição, e para se alcançar o benefício integral, o trabalhador terá de contribuir por 40 anos. Também querem introduzir a capitalização em contas individuais, modelo semelhante ao chileno, hoje alvo de grandes manifestações devido ao empobrecimento dos idosos naquele país.

A pergunta que tem que ser feita é, por que um sistema que deu tão errado para os trabalhadores no Chile está sendo tentado no Brasil? A resposta é porque só favorece o sistema financeiro, e não os futuros aposentados. O Estado não garantirá nada aos que sofrerem acidentes, aos que ficarem desempregados. O regime de capitalização é o regime do mercado financeiro.

Hoje, como a previdência é financiada por contribuições de trabalhadores e de empregadores, o sistema depende do mercado de trabalho aquecido para se sustentar. Logo, o crescimento dos índices de desemprego, principalmente após a reforma trabalhista (que precarizou ainda mais as relações de trabalho), afetou o financiamento da Previdência a partir de 2016. Para tornar as coisas ainda piores, nos últimos anos o governo reduziu para as empresas as alíquotas dos tributos vinculados à seguridade social. Além disso, o governo federal deixa de arrecadar R\$ 500 bilhões por ano devido a sonegação de impostos, segundo o Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional.

Acreditamos que uma das formas de solucionar as questões da Previdência é a adoção de um modelo econômico promovido pelo Estado que priorize a geração de emprego, renda e de políticas sociais. Importante também é modificar as fontes de financiamento do modelo atual por meio de uma reforma tributária que institua impostos sobre lucros e dividendos, renda e patrimônio dos mais ricos. Outras alternativas também importantes: fim das isenções fiscais concedidas a empresas, combate à sonegação, cobrar os grandes devedores, além de elevar o percentual de contribuição previdenciária sobre o faturamento dos ruralistas e realizar uma auditoria da dívida pública e revisão das Desvinculações de Receitas da União, que transferem recursos da Previdência para o pagamento de juros da dívida pública.

Para impedir que Bolsonaro institucionalize a mendicância e o fim da nossa aposentadoria, temos de nos mobilizar e lutar para garantir que todos tenham direito a, pelo menos, um salário mínimo por mês. Para que isso aconteça é fundamental derrotarmos o projeto excludente e injusto deste governo de extrema direita. Mais do que nunca, resistir é preciso!



Carlos Eduardo,
presidente do Sindicato
dos Bancários do Ceará

SAÚDE

NÚMERO DE BANCÁRIOS DOENTES DISPARA NOS ÚLTIMOS OITO ANOS

O número de bancários afastados por doenças cresceu substancialmente entre 2009 e 2017, segundo dados do INSS. O total de trabalhadores que tiveram benefícios acidentário ou previdenciário foi de 13.297 em 2009. Oito anos depois, 17.310 tiveram de se afastar do trabalho por conta de enfermidades. Um aumento de 30%. Mais de 50% dos casos referem-se a transtornos mentais (aumento de 61,5%) e enfermidades relacionadas a lesões por esforço repetitivo (crescimento de 13%).

Analisando as condições de trabalho dos bancários e o seu perfil de adoecimento ocupacional ao longo dos anos é possível compreender esses dados que são apresentados e reforçar a relação entre esses adoecimentos e o trabalho bancário, pois não se observam esses índices entre as demais categorias de trabalhadores.

O levantamento reforça que a categoria bancária está adoecendo cada vez mais, e os motivos são aqueles que os sindicatos estão cansados de alertar e denunciar: sobrecarga de trabalho, pressão para o cumprimento de metas abusivas e assédio moral. Tudo isso objetivando o aumento da lucratividade cada vez maior das ins-

tituições financeiras, o que só favorece os banqueiros, em detrimento da saúde de milhares de trabalhadores.

SUBNOTIFICAÇÃO – Importante frisar que o levantamento refere-se apenas aos bancários afastados pelo INSS. Os dados desconsideram os trabalhadores que não tiveram o benefício concedido e os que mesmo doentes nunca acionaram a Previdência. Portanto, os números podem ser ainda maiores. A exclusão desses empregados dos números oficiais é chamada de subnotificação. O aumento do total de afastados foi muito maior do que o crescimento do total de trabalhadores bancários. Em 2009, a categoria bancária somava 462 mil trabalhadores. Oito anos depois passou para 467 mil, aumento de 1%.

Os bancos respondem por apenas 1% dos empregos no Brasil, mas foram os responsáveis por 5% do total de afastamentos por doença no país, entre 2012 e 2017. Os dados são do Ministério Público do Trabalho.

POLÍTICAS DE GOVERNO PREJUDICAM – Desde 2016, após o golpe de Temer, o governo federal vem anulando



milhares de auxílios previdenciários e aposentadorias. Os pensionistas que não apresentam sequelas aparentes, como é o caso das pessoas que sofrem de doenças psicossomáticas, são os mais prejudicados pela política de revisão dos benefícios. E o governo Bolsonaro já mostrou que irá continuar com essa política. Além disso, o atual governo extinguiu o Ministério do Trabalho, justamente a pasta responsável por fiscalizar e penalizar empresas que impõem más condições e jornadas degradantes aos seus trabalhadores. São políticas que só favorecem as empresas que cometem abusos.

BB: REUNIÃO DEBATE NOVO MODELO DE ATENDIMENTO E SUSPENSÃO DA CCV

A Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil reuniu-se, dia 6/2, com a direção do banco numa Mesa de Negociação Permanente.

Sobre o modelo de atendimento, os representantes do Banco do Brasil informaram que não há previsão sobre mudança no nível das agências. Está em estudos um modelo que contemple os diversos tipos de agências e escritórios, mas não há previsão de conclusão dos estudos.

Os Sindicatos questionaram o BB sobre uma nova onda de descomissio-

namentos e muito foi cobrado sobre os critérios, principalmente sobre o Gestão de Desempenho por Competências (GDP). A Comissão de Empresa organizará atividades nacionais para denunciar a falta de critérios e perseguição promovida por alguns administradores.

Os representantes dos funcionários levaram ao banco as diversas reclamações sobre o programa de metas Conexão, em que os parâmetros usados estão sendo alterados de forma que a maioria das carteiras não conseguirá atingir as suas metas. Ficou definido que haverá nova

reunião com o BB em data a ser agendada, para tratar especificamente de GDP e CONEXÃO (programa de metas).

CCV – O banco apresentou em algumas sessões de CCV termos de quitação com mais de 5 anos, sem alterar o valor dos acordos. O banco se desculpou sobre a falta de comunicação prévia e apresentou uma proposta de solução que precisa ser analisada pelos sindicatos, pois envolvem aspectos ainda não muito claros. As negociações sobre o retorno da CCV vão continuar nos próximos dias.

ITAÚ

RESCISÕES DEVEM SER HOMOLOGADAS NO SINDICATO

A 1ª Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-RS) manteve a eficácia de uma decisão liminar que determina que as rescisões contratuais de bancários do Itaú admitidos antes de 11/11/2017 devem ter a homologação feitas no Sindicato da categoria. A liminar foi prolatada pela juíza Gabriela Lenz de Lacerda, da 2ª Vara do Trabalho de Porto Alegre, em uma ação civil pública ajuizada pelo Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e Região.

O Itaú, desde janeiro de 2018, vinha realizando a rescisão do contrato de trabalho dos seus empregados sem a assistência sindical. Tal prática prejudicava os trabalhadores. O SEEB/Porto Alegre pediu, liminarmente, que o banco mantenha a realização das homologações nas entidades representativas dos trabalhadores. Ao examinar o caso, a juíza Gabriela Lenz Lacerda mencionou que a nova redação do artigo 477 da CLT (alterado pela Lei 13.467/17, a reforma trabalhista) tornou facultativa a homologação da rescisão no Sindicato, mas ponderou que esse disposi-



“Com a reforma trabalhista, a homologação nos sindicatos deixou de ser obrigatória, o que pode trazer prejuízos ao trabalhador. Por isso é tão importante manter a homologação no Sindicato, com auxílio de profissionais comprometidos exclusivamente com os direitos da categoria. Assim o bancário terá mais segurança de que receberá tudo que tem direito”

Ribamar Pacheco, diretor do Sindicato e representante da Fetrafi/NE na COE Itaú

tivo não pode ser aplicado a contratos de trabalho que já estavam em curso quando a nova legislação entrou em vigor. A multa por descumprimento ficou fixada em R\$ 5 mil por empregado.

A magistrada ressaltou que “são evidentes os benefícios da assistência sindical por ocasião da extinção contratual, garantindo a autenticidade da vontade do trabalhador e a correção no pagamento das verbas rescisórias”. O Itaú já recorreu ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS (PLR) – O Itaú lucrou R\$ 25,733 bilhões em 2018, um crescimento de 3,4% em relação a 2017 e de 0,4% no trimestre. De acordo com o relatório do banco, o menor custo do crédito e as maiores receitas com prestação de serviços foram os principais componentes que contribuíram para esse desempenho. Após anunciar a lucratividade, o Itaú informou à Contraf que deverá realizar o pagamento da 2ª parcela da PLR no dia 1º/3.

EX-BANCÁRIA CONSEGUE GRATUIDADE DE JUSTIÇA

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) concedeu o direito à Justiça gratuita a uma ex-funcionária do Bradesco. É uma decisão importante, já que sob a vigência da reforma trabalhista, que visa desestimular o acesso à Justiça com a imposição de encargos como honorários periciais e de sucumbência.

A trabalhadora, que move ação contra o Bradesco, ingressou com a petição ao TRT da 2ª Região (SP), que negou o pedido por entender que o apelo não tinha validade por falta de comprovação do pagamento das custas processuais. A bancária então recorreu ao TST sustentando que, na mesma data em que interpôs o recurso ordinário, havia protocolado também o requerimento de

gratuidade de justiça e juntado declaração de pobreza, nos termos da Lei 1.060/50. A decisão foi unânime.

MUDANÇA EM NOMENCLATURA DE CARGO – O Bradesco informou que fará, no próximo período, uma mudança na nomenclatura de um dos cargos: o escrivão (somente dos prédios administrativos) passará a se chamar assessor administrativo. A alteração, segundo o banco, não valerá para a Rede de Agências. O banco informou ainda que a mudança não acarretará em alterações na jornada ou salários e que trata-se apenas de uma adequação de nomenclatura já praticada pelo mercado. A mudança atinge aproximadamente 480 bancários.

SANTANDER BANCÁRIOS RECEBEM PPRS JUNTO COM A 2ª PARCELA DA PLR DIA 28/2



“Vale lembrar que a PLR, o PPRS e todos os benefícios constantes no nosso acordo não são benesses distribuídas pelo banco, mas sim resultado de muitas lutas travadas pelos Sindicatos e pelos funcionários do Santander”
Eugênio Silva, diretor do Sindicato e funcionário do Santander

Bancários do Santander terão um reforço de, no mínimo, R\$ 2.550,00, quando for paga a 2ª parcela da Participação dos Lucros e Resultados (PLR). O valor é referente ao Programa de Participação nos Resultados do Santander (PPRS), uma das conquistas garantidas pelo movimento sindical com a renovação do acordo específico do banco.

O acordo específico foi renovado durante a campanha salarial, com validade de 2 anos. Em relação ao PPRS, a pressão do movimento sindical garantiu a ampliação de quase 13% no valor mínimo. Passou de R\$ 2.260,00 para os R\$ 2.550,00 para cada trabalhador.

ORIGEM – Originário do extinto Banespa, o acordo aditivo dos banespianos protegeu todos os seus direitos quando o banco foi privatizado. Mesmo após sua privatização, o movimento sindical manteve o acordo para o corpo funcional do Santander. Ele tem cláusulas específicas para bancários que eram do Banespa, mas a maioria delas foi estendida para todos os funcionários do grupo e é mantido até hoje graças a luta dos trabalhadores do Santander.

“Sobre a PPRS, a diretoria do Sindicato dos Bancários do Ceará decidiu não cobrar a contribuição negocial de 1,5%. Os funcio-

nários do Santander são os únicos do setor privado que tem um acordo aditivo”, comentou o diretor do Sindicato e funcionário do Santander, Eugênio Silva.

No acordo aditivo também estão contempladas cláusulas como licença-amentação; a licença não remunerada de até 30 dias ao ano para cuidar de parentes de primeiro grau que estejam adoecidos; a bolsa auxílio-estudo para primeira graduação e pós-graduação; e abono para PCDs (pessoas com deficiências), para aquisição e reparo de seus equipamentos, entre outras.

PAGAMENTO – Após divulgar recorde de lucro de R\$ 12,3 bilhões em 2018 (crescimento de 24,6% em relação a 2017), o Santander informou que irá pagar a 2ª parcela da PLR no dia 28/2, penúltimo dia antes do prazo final, 1º de março. O banco também informou que pagará o teto da PLR (2,2 salários, com teto de R\$ 27.802,48) e o teto da parcela adicional, que é R\$ 4.711,52, descontando a 1ª parcela da PLR que já foi paga em outubro de 2018.

No mesmo dia também serão creditados aos elegíveis o programa próprio da rede (Programa na Participação nos Resultados Santander – PPRS) e o Programa Próprio Gestão (PPG – bônus/variável).

Breves

Preparatório à CPA-20

Continuam as inscrições para mais uma edição do Curso de Preparação para a CPA-20, exclusivamente para sindicalizados. O curso acontece de 12 a 23/2, com aulas à noite e aos sábados. Ao todo serão 10 encontros, no auditório do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro). O investimento é de R\$ 399,00, podendo ser parcelado em até 12 vezes no cartão pelo PagueSeguro. O aluno receberá material didático atualizado com 100% do conteúdo programático exigido pela ANBIMA; cópia de todos os slides utilizados; exercícios e simulados com aproximadamente 400 questões resolvidas e comentadas em sala de aula. Informações na Secretaria de Formação do SEEB/CE, fone: (85) 3252.4266 (falar com Jantener) ou com o professor João Henrique – (85 99925 9380 ou www.joaohenriquelemos.com).

Curso de Paternidade acontece dia 16

A 2ª edição deste ano do Programa de Paternidade Responsável acontece no próximo dia 16/2. Os encontros são realizados sempre no terceiro sábado de cada mês, na sede do Sindicato (Rua 24 de Maio, 1289 – Centro), tendo como facilitador o psicólogo e terapeuta familiar, Ben-Hur Oliveira. Para participar do Programa, o bancário deve inscrever-se na Secretaria de Saúde, com a diretora Janaynna Lima (85 99183 7901), ou com o funcionário Erismar (85 3252 4266). Essa será a 23ª edição a ser realizada desde 2017 quando o programa foi instituído. O programa é pré-requisito para ter direito à ampliação da licença paternidade de 20 dias, uma importante conquista da Convenção Coletiva da categoria.

BB DISPONIBILIZA BANCO DE HORAS

O Banco do Brasil disponibilizou desde o dia 5/2 a opção de banco de horas para os seus funcionários. A medida faz parte do acordo coletivo 2018-2020 e a adesão é voluntária. Os representantes dos funcionários vão monitorar a execução nos locais de trabalho para atestar o bom funcionamento do sistema de compensação de horas. Aqueles que aderirem poderão optar por momentos de descanso para compensar horas de trabalho excedentes. Neste caso, será concedida uma hora de descanso para cada hora excedida. Quando o banco de horas ultrapassar a jornada diária, poderá ser convertido em folga. Para isso, os funcionários deverão se cadastrar em área exclusiva da Plataforma BB. A compensação deverá ser feita em até seis meses. O pagamento de horas extras continua como está. A qualquer momento o funcionário poderá alterar sua opção de banco de horas para a de pagamento de adicional.

DÉBORA FONSECA SERÁ A NOVA CAREF BB

Apoiada pelo Sindicato dos Bancários do Ceará, a bancária Débora Fonseca recebeu 31.294 votos e será a nova Conselheira de Administração Representante dos Funcionários (Caref) do Banco do Brasil. O segundo colocado foi Jair Miller, executivo do BB, que recebeu 14.366 votos. No Ceará a votação foi a seguinte: Débora recebeu 984 votos contra 153 votos de Jair. “É uma honra ter obtido essa votação e uma responsabilidade imensa chegar a esse posto. Nosso mandato será pautado pela defesa do funcionalismo e do Banco do Brasil como empresa pública”, agradeceu Débora. Ela será a única mulher no Conselho de Administração do BB. O diretor do Sindicato, José Eduardo Marinho agradeceu aos bancários cearenses: “o funcionalismo entendeu a importância do Caref. Tivemos sempre uma recepção muito boa nos locais de trabalho durante a campanha e esse resultado é fruto de uma construção coletiva com todos que apoiaram a campanha de Débora. Quero agradecer a todos que depositaram a confiança em nós”.

BANCO DO BRASIL ONDA DE DESCOMISSIONAMENTOS EXPÕE A FALTA DE CRITÉRIOS DA GDP

Uma nova onda de descomissionamentos no Banco do Brasil fez novas vítimas com a perda do cargo e redução de salário via Gestão de Desenvolvimento por Competências (GDP). O BB investiu milhões de reais no desenvolvimento da ferramenta, com treinamento de gestores e demais funcionários para efetivar a aplicação da GDP. Contudo, o dinheiro investido está sendo jogado fora, pois não se adota mais os critérios de avaliação em 360º conforme propagado. Agora, para retirar o cargo dos funcionários, basta uma nota abaixo da média vinda do superior que o banco entende que pode efetivar o descomissionamento.

A média das notas que historicamente era utilizada para avaliação de desempenho foi alterada ao longo dos anos pelo Banco do Brasil e os funcio-

nários não entendem mais os critérios adotados.

Consta no acordo coletivo que o BB observará três ciclos avaliatórios consecutivos de GDP com desempenhos insatisfatórios, como requisito para dispensa de função ou de comissão em extinção de funcionário. A falta de critérios e de transparência nas avaliações tem causado perplexidade nos funcionários quem tem denunciado que as Superintendências estão pressionando os gestores imediatos a cortar o cargo e salários dos funcionários, mesmo sem critérios claros.



“Orientamos os funcionários a acompanhar de perto a sua avaliação, com as anotações e comentários necessários. Muitos gestores não anotam na GDP os feedbacks positivos com o objetivo de dificultar futuros questionamentos sobre critérios adotados. Em caso de dúvidas, procure imediatamente o Sindicato”
José Eduardo Marinho, diretor do Sindicato e funcionário do BB

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EMPREGADOS COBRAM MAIS CONTRATAÇÕES E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO

A defesa de melhorias das condições de trabalho, do Saúde Caixa e por mais transparência na gestão marcou os debates da primeira negociação em 2019 com a Caixa Econômica Federal, realizada dia 1º/2, em Brasília (DF). Entre outras questões, os representantes dos empregados cobraram soluções para problemas como a contratação de mais empregados, fechamento de agências, descomissionamento. Na abertura da negociação, os membros da comissão realizaram um ato com cartazes e faixa em defesa da Caixa 100% pública e contra o fatiamento do banco.

Sobre a declaração do presidente da Caixa de que pretende contratar concursados aprovados no concurso de 2014, os representantes da empresa argumentaram que a área de gestão de pessoas está realizando estudos, ou seja, não há previsão de quando ou quantas pessoas serão realmente convocadas. Sem contratações, o banco continua reduzindo seu quadro de pessoal. Com a reabertura do Programa de Desligamento Voluntário Extraordinário (PDVE), mais 1.426 empregados se desligaram. Assim, conforme dados de 31/12, o banco tem 84.952 trabalhadores. A convocação dos aprovados no concurso de 2014 é uma antiga reivindicação dos trabalhadores e do movimento sindical, que consta no Acordo Coletivo de Trabalho de 2015, mas que nunca foi cumprida mesmo após intervenção do Ministério Público.

CONDIÇÕES DE TRABALHO – Cobrada pela CEE/Caixa, o banco apresentou uma

proposta de modelo de atuação dos fóruns regionais de condições de trabalho para 2019. Os representantes dos trabalhadores vão avaliar o documento e fazer os ajustes que forem necessários. A CEE/ Caixa também fez questionamentos sobre o descomissionamento via Gestão de Desempenho de Pessoas (GDP). A reivindicação histórica dos empregados é pelo fim da GDP e a Caixa unilateralmente coloca o programa de desempenho para justificar descomissionamentos. Os representantes dos trabalhadores cobraram também transparência e o fim das discriminações nos Processos Seletivos Internos (PSI).

SAÚDE – Ficou definida a retomada dos debates de dois grupos de trabalhos paritários: GT Saúde Caixa, que deverá se reunir no dia 19/2, e GT Saúde do Trabalhador, no dia 20. Na reunião do GT Saúde Caixa serão debatidos o modelo de custeio e qualidade do atendimento. Para subsidiar os debates do GT Saúde do Trabalhador, a comissão entregou aos representantes os resultados da pesquisa Saúde do Trabalhador da Caixa 2018 realizada pela Fenae, e um conjunto de propostas para melhorar as condições de saúde dos empregados.



“Está mais escancarado a cada dia que o projeto em curso do governo federal é desmontar a Caixa, que chegou a ter 101 mil empregados em 2014 e agora tem menos de 85 mil. Com menos trabalhadores, agências são fechadas. Quadro de pessoal e



estrutura menores resultam em atuação menor da empresa. Temos de nos unirmos, nos mobilizarmos e mostrarmos que não faz sentido privatizar ou fatiar a Caixa”

Marcos Saraiva, diretor do Sindicato e da Fenae

SAFRA PAGA PLR DIA 22 COM ACRÉSCIMO DE 20%

Após cobrança e negociação com os sindicatos, o Safra informou que antecipará o crédito da 2ª parcela da PLR para 22/2. Além disso, pagará com o acréscimo de 20% na parcela adicional da PLR para todos os bancários e com 20% na regra básica para os funcionários em cargos técnicos administrativos.

Os 20% de acréscimos são conquistas dos trabalhadores, mais um exemplo de como a organização e a mobilização dos bancários ao lado do Sindicato valem a pena. A antecipação do crédito também é resultado do diálogo e da negociação.

Confira as regras: PLR Total: Regra Básica + Parcela

Adicional – Regra Básica: 90% do salário + valor fixo de R\$ 2.355,76. Caso o montante não atinja 5% do lucro líquido dos bancos o valor será elevado até o limite individual de 2,2 salários. Parcela Adicional: distribuição linear de 2,2% do lucro líquido anual dos bancos, com teto de R\$ 4.711,52.



SINDICATO E FETRAFI ORGANIZAM MOVIMENTAÇÕES EM DEFESA E PELO FORTALECIMENTO BNB

O Sindicato dos Bancários do Ceará e a Federação dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Nordeste, através de seus representantes legais, estiveram reunidos na manhã da última sexta-feira, 8/2, no gabinete do vereador Evaldo Lima, do PCdoB, para organizar movimentações em defesa do papel do Banco do Nordeste do Brasil, sempre ameaçado por governos neoliberais e de direita.



O presidente do Sindicato e da Federação, Carlos Eduardo Bezerra Marques, presente ao encontro, destacou que o objetivo é iniciar os movimentos pela base da estrutura parlamentar até culminar com uma grande manifestação no Congresso Nacional. “Paralelamente, essas articulações com os diversos níveis do Parlamento servirão como indutores ao engajamento dos segmentos dos trabalhadores, empresários e sociedade, todos diretamente afetados com o enfraquecimento do BNB”, afirmou Carlos Eduardo.

O vereador Evaldo Lima colocou o seu gabinete

à disposição da luta e propôs articular junto com outros vereadores audiência pública para discutir o assunto com a urgência e profundidade que o caso requer.

“O BNB não tem, no momento, nem especulação sobre o nome do futuro presidente. Isto, associado a declarações recentes de representantes do atual governo colocando o BNB no limbo, é mais que suficiente para arregaçar as mangas e partir para a luta”, afirma Gabriel Rochinha, diretor do Sindicato que também participou da reunião, juntamente com o diretor Túlio Menezes.



“Como funcionária do BNB e diretora do Sindicato não poderia estar ausente a uma reunião tão importante quanto esta, inclusive com a missão de preencher a lacuna da não presença dos outros diretores do Sindicato que também são funcionários do Banco, mas que não puderam estar presentes porque estão designados para outras missões. Minha mensagem é de alerta, principalmente, para aqueles colegas que acham ser melhor deixar o BNB esquecido, se fingir de morto, pois assim escaparemos. É o que ouço alguns dizerem nos corredores, principalmente no Passaré. Acho que não é por aí. Penso que o atual governo não está esquecendo o BNB. Deve achá-lo pequeno e sem capacidade de reação, que pode extingui-lo com uma canetada. Ledo engano. Somos fortes e o mais importante do Brasil para a Região. E, nós funcionários, temos que ser os primeiros a acreditar nisso”

Carmen Araújo, diretora do Sindicato e funcionária do BNB

Toutros TOQUES

Fim do Mais Médicos

O Programa Mais Médicos vai ser encerrado pelo Governo Bolsonaro. A informação foi confirmada pelo Ministério da Saúde, ao jornal El País. O último ciclo de vagas abertas se encerrou na última semana. Um novo projeto deve substituir o programa. Os médicos que atuam pelo programa vão continuar em seus postos de trabalho até o final de seus contratos, que têm duração de três anos. O Mais Médicos foi criado em 2013 pelo Governo Dilma e seleciona profissionais para áreas vulneráveis do país, onde haja mais escassez de atendimento médico.



Vale beneficiada

Em seu blog, o jornalista Leonardo Sakamoto lembra que por causa da Reforma Trabalhista, os trabalhadores da Vale vitimados pelo desastre causado na barragem em Brumadinho (MG) terão indenizações por danos morais limitadas a 50 vezes o salário que recebiam. Isso reforça a inconstitucionalidade da regra ao ferir a dignidade humana, a independência do magistrado para fixar indenização e a isonomia de medir as pessoas por seu salário.



www.bancariosce.org.br



bancariosce



bancariosdoceara



seebce



85 99129 5101

Home Page: www.bancariosce.org.br – Endereço Eletrônico: bancariosce@bancariosce.org.br – Telefone geral: (85) 3252 4266 – Fax: (85) 3226 9194

Tribuna Bancária: imprensa@bancariosce.org.br – (85) 3231 4500 – Rua 24 de Maio, 1289 - 60020.001 – Fortaleza – Ceará

Presidente: Carlos Eduardo Bezerra Marques – Diretor de Imprensa: Marcos Aurélio Saraiva Holanda – Jornalista Resp: Lucia Estrela - CE00580JP

Repórter: Sandra Jacinto - CE01683JP – Projeto Gráfico e Diagramação: Normando Ribeiro CE00043DG – Impressão: Expressão Gráfica – Tiragem: 5.000 exemplares